



# Diário Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM, 15 DE MARÇO DE 2001

N.º

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

Lei nº 265/2001, de 15 de março de 2001

Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA, faz saber que a Câmara Municipal de Alhandra aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

### CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Rural-CMDR - Com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na deliberação, normatização, acompanhamento e avaliação da política agropecuária do município, competindo-lhe especialmente:

I - Planejar, coordenar, fiscalizar e avaliar a política e avaliar a política de agropecuária a nível municipal;

II - Deliberar sobre os serviços e ações da agropecuária do município, dando ênfase a fomento da produção agropecuária, à organização do abastecimento alimentar, à fixação do homem ao campo, à fiscalização dos produtos agropecuários e à vigilância do rebanho;

III - Estabelecer normas e diretrizes para a implantação e acompanhamento da política de administração, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos e do sistema de informação, com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços de agropecuária aos produtores;

IV - Adotar e sugerir providências para a melhoria da eficiência dos serviços e atendimento aos produtores;

V - Levantar dados estatísticos com a finalidade de orçar e avaliar a política agropecuária do município;





# Diário Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO

ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM 15 DE MARÇO DE 2001

N.º

Cont.

VI – Fiscalizar os órgão prestadores de serviços componentes do sistema no nível municipal, principalmente <sup>quanto</sup> ~~quanto~~ a priorização dos problemas da agropecuária, resolutividade dos problemas, desempenho e a aplicações dos recursos:

VII – Fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à agropecuária do município;

VIII – Adotar medidas que visem racionalizar as diversas estruturas componentes do sistema visando evitar a pulverização de recursos e duplicidade de ações:

IX – Sugerir a criação e extinção de serviços ou órgãos.

### CAPÍTULO II

#### DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído paritariamente de representantes de entidades da sociedade civil organizada e publico beneficiário das ações na agropecuária.

§1º - São membros de que trata o presente artigo:

I – Representante da Prefeitura Municipal – Secretario Municipal de Agricultura;

II – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

III – Representante do Banco do Brasil S/A;

IV – Representante da Câmara Municipal;

V – Representante do Serviço de Extensão Rural ( EMATER- Alhandra-PB );

VI – Representante do INCRA.;

VII – 06 ( seis ) Presidentes de Associações Rurais;

VIII – Representante do Banco do Nordeste;

IX – Representante das Igrejas.

§2º - Será permitida a indicação de 01 (um) suplente para cada membro do CMDR, que o substituirá em seus impedimentos.

§3º - A nomeação dos membros efetivos e suplentes será feita por decreto do prefeito para o prazo 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por apenas mais um de igual período.





# Diário Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM, 15 DE MARÇO DE 2001

N.º

Cont...

§4º - O Presidente do Conselho será exercido pelo Prefeito Municipal ou por seu representante legal os demais membros da diretoria serão escolhidos por votos dos representantes.

§5º - Os representantes referidos serão indicados por suas entidades, para nomeação do Prefeito Municipal.

Art. 3º - A função de membro do CMDR não será remunerada.

§1º - A composição do CMDR poderá ser modificado e/ou ampliado por Decreto do Poder Executivo Municipal, atendendo proposições dos membros do Conselho ou por solicitações das entidades representadas.

### CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º - O CMDR terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - O órgão de deliberação máxima é o Plenário;

II - As Sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando convocados pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

III - Para realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;

IV - O Presidente do Conselho terá além do voto comum, o de quantidade como a prerrogativa de deliberar;

V - Cada membro do CMDR terá direito a um único voto na plenária;

VI - As decisões do Conselho, serão tomadas por maioria simples cabendo ao Presidente o voto de desempate;

VII - As decisões do CMDR serão consubstanciadas em resoluções.

Parágrafo Único - O Membro só terá direito a voto, na ausência do titular.





# Diário Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM, 15 DE MARÇO DE 2001

N.º

Cont...

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Agricultura, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMDR.

Art. 6º - Para melhorar desempenho de suas funções, o CMDR poderá recorrer a pessoas e entidades mediante os seguintes critérios:

I - Poderão ser criadas comissões internas constituídas de entidades, membros do CMDR e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos, ligados à agricultura;

II - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMDR em assuntos específicos.

Art. 7º - As Sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMDR, deverão Ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo Único - As Resoluções do CMDR, bem como, os temas tratados em plenário, reuniões da Diretoria e Comissões, deverão ser amplamente divulgados.

### CAPÍTULO IV DA DIRETORIA

Art. 8º - O CMDR terá a Diretoria composta de sete membros efetivos:

- a) - Presidente
- b) - Vice-presidente
- c) - Secretário
- d) - Tesoureiro
- e) - 03 Conselheiro Fiscais

### CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CMDR

Art. 9º - Ao Presidente do Conselho compete:





# Diário Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM, 15 DE MARÇO DE 2001

N.º

Cont...

- I – Representar o Conselho;
- II – Presidir as reuniões;
- III – Convocar os membros do CMDR para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV – Conceder Licença para o afastamento temporário de qualquer membro pôr um período superior a 60 (sessenta) dias;
- V – Fiscalizar os recursos destinados a cada comunidade ou associação;
- VI – Movimentar, juntamente com o tesoureiro, as contas dos recursos destinados à Associação.

Parágrafo Único – Se o afastamento, de que trata o inciso IV deste artigo, for superior a 60 (sessenta) dias, implicará em vacância do cargo, exceto os casos previstos na lei.

Art. 10º - Ao Secretário do Conselho Compete:

- I – Secretariar as reuniões do Conselho;
- II – Lavrar as atas das reuniões;
- III – Despachar o expediente do Conselho.

Art. 11º - Ao Tesoureiro do Conselho compete:

- I – Movimentar as contas em conjunto com o Presidente do Conselho;
- II – Prestar contas sobre as movimentações mensais;
- III – Fiscalizar, juntamente com o Presidente, as verbas destinadas a cada Associação ou Comunidade.

Art. 12º - Aos membros do Conselho Compete:

- I – Colaborar nas Iniciativas do Conselho;
- II – Apresentar Sugestões, visando a melhoria do desenvolvimento rural;
- III – Votar e ser votado.





# Diário Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

Criado pela Lei N.º 161, de 21 de Outubro de 1975

ANO ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA EM, 15 DE MARÇO DE 2001

N.º

Cont...

Parágrafo Único – As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, sendo expressa, datadas e numeradas e ainda constantes nas atas das reuniões.

### CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º - No planejamento e na execução de política rural, será assegurada a criação de Fundo de Apoio Agropecuária que contará com:

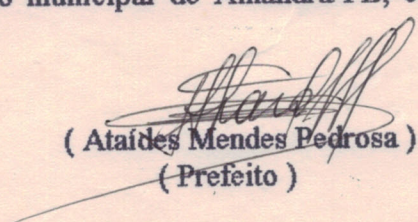
- I – Recursos próprios do município;
- II – Recursos Transferidos pela União e pelo Estado;
- III – Recursos financeiros ou de produtos doados por entidade particulares, instituições nacionais e/ou internacionais.

Art. 14º - O Regimento Interno do Conselho Será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrada em vigor da presente lei.

Art. 15º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Alhandra-PB, em 15 de março de 2001.

  
( Ataídes Mendes Pedrosa )  
( Prefeito )